

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 505/XI/2.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO QUE PROMOVA MEDIDAS CONTRA A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO ALGARVE

Os últimos dados do INE apontam para uma taxa de 14,8% de desemprego na região do Algarve, a mais alta do país. A este drama social, acresce o da precariedade e da falta de perspectivas de emprego para os/as jovens. A manifestação de 6 mil pessoas no passado dia 12 de Março foi uma clara expressão da profunda angústia que a região vive. O protesto de dia 19 de Março contra a introdução de portagens na Via do Infante, que agravará a situação económica, foi outro poderoso indicador do profundo mal-estar social.

Se bem que os resultados do turismo tenham sido positivos no ano de 2010, a verdade é que os ganhos não se converteram nem na contenção do desemprego na região, nem na contenção da precariedade.

Na verdade, estas distorções da economia regional resultam de uma economia de monocultura que tem asfixiado o tecido produtivo. Produtores rurais e pescadores debatem-se hoje com a falta de políticas de apoio consistentes a estas actividades. A indústria na região defronta-se com as condicionantes impostas às Pequenas e Médias Empresas, as expectativas criadas com programas específicos de apoio ao comércio, como o MODCOM, foram goradas. No entanto, a região vai conhecer mais quatro grandes

superfícies quando se encontra já esmagada, visto a Área Bruta Locável por mil habitantes atinge no Algarve os 462 metros quadrados de centros comerciais, quando a média europeia não passa dos 240m<sup>2</sup>/1000 habitantes. Para além disso, os centros comerciais oferecem, em regra, empregos mal pagos com vínculos precários e asfixiam o pequeno e médio comércio, promovendo, muitas vezes, um défice de emprego para a região

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1. Requalificação urgente da ferrovia, incluindo a electrificação da linha, como garantia da preservação do direito à mobilidade na região;
2. Plano de emergência social que aposte no investimento público, aumente a qualificação em meios técnicos e humanos dos serviços públicos e implemente os programas de apoio à actividade económica e ao incremento da produção, nomeadamente o PROVERE;
3. Avaliação urgente do impacte no tecido produtivo e na oferta existente da criação de novas grandes superfícies na região.

Palácio de São Bento, 25 de Março de 2011.

Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda,